



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 015/09

PROCESSO n.º 1557/09

LICITAÇÃO n.º 088/09 – Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 16/11/2010

Aos 6 dias do mês de novembro de 2009, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE, a seguir denominado TRIBUNAL, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

Lote nº 4: CARRINHOS BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CARRINHOS LTDA, com sede na Rodovia Campinas Monte Mor Km 5 Jardim Novo Ângulo, Hortolândia - SP, CEP 13.185-577, inscrita no CNPJ sob o nº 06.781.994/0001-07, neste ato representada por sua sócia-proprietária Srª Mirela Sabrina de Sant'Anna Mateus, endereço Av. Governador Pedro de Toledo, 276, Campinas-SP, CEP: 13 070-752, portadora da Carteira de Identidade n.º RG 13 896 383, CPF n.º 129 397 888 47.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de aparelhos de uso administrativo: ventiladores de parede e com pedestal, carrinho para processo, calculadora eletrônica, geladeira doméstica e fogão à gás pelo Sistema de Registro de Preços, especificado no Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 088/2009 – Pregão Eletrônico.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art.14 do Decreto Estadual nº 44.787/08.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis assinar a Autorização de Compra.
5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até 20 (vinte) dias úteis
6.1. Os materiais deverão ser entregues no galpão de estoque de bens permanentes da COPAT, situado à rua Sócrates Alvim, nº 10, Vila Virgínia – Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, CEP 30.520-104, das 08:00 às 12:00 às 13:00 às 16:30 horas.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) de acordo com as especificações;
- b) em embalagens originais de fábrica, lacrados e identificados;

- c) nas quantidades corretas e de acordo com o edital;
- d) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Contrato.

7.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á depois da:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos.
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital.

7.3. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário – COPAT.

7.4. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 15 (quinze) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.5. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL

8.1.1 Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais

8.1.3 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR

8.2.1 Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3 Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato.

8.2.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

8.2.7 Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8 Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9 Manter, durante a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará do Contrato e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Patrimônio Mobiliário – COPAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irreajustável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18/04/2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado;

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

11.2. Pelo Fornecedor:

a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 12 da Lei Estadual nº 14.167/02 e do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores, o licitante que:

a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou o Contrato;

b) deixar de apresentar documentação exigida para o certame

c) apresentar documentação falsa;

d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) não mantiver a proposta;

f) falhar ou fraudar a execução da Ata ou do Contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do Contrato, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;

d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores.

12.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com demais sanções previstas neste Edital.

12.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2009.

Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE
Presidente

Pelo Fornecedor:

Mirela Sabrina de Sant'Anna Mateus
CARRINHOS BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CARRINHOS LTDA

06.781.994/0001-07

CARRINHOS BRASIL IND. COM.
E SERVIÇOS DE CARRINHOS
LTDA-ME

RODOVIA CAMPINAS-MONTE MOR, KM 5
NOVO ÂNGULO-CEP: 13125-577

[HORTOLÂNDIA - SP]

Testemunhas:

10051940
2086-7

ANEXO I DA ATA – QUANTITATIVOS REGISTRADOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 015/09)

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	CÓDIGO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
1	1.1	50	UMA	GELADEIRA DOMÉSTICA CARACTERÍSTICAS: Refrigerador vertical; Capacidade de 240 a 370 litros; Potencia 130 Watts; Voltagem 110 Volts; Cor branca, Nível de eficiência energética classe "A" selo PROCEL – INMETRO. GARANTIA: Um ano - EMBALAGEM: Geladeira entregue em embalagem própria, selada e com manual.	2.95.10.043-1	CONTINENTAL	585,95	Gys Automação e Telecom Ltda
2	2.1	600	UM	VENTILADOR COM PEDESTAL CARACTERÍSTICAS: Grade metálica de proteção com Ø de 50cm, rígida e de fácil remoção; hélice com 3 pás; interruptor liga/desliga com no mínimo 3 velocidades; oscilante e basculante; preto com pintura epóxi pó nas peças metálicas; baixo nível de ruído; motor de 1/5 hp com 3 velocidades; rotação mínima de 750 rpm e máxima de 1400 rpm; potência máxima de 137 W; 127 V; Garantia mínima de 12 meses; coluna em tubo de aço diâmetro de 38,1mm, em peça única, com altura 1,50m; base circular Ø 500mm, com reforço em "X", construída em barra chata 1" x 3/16"; GARANTIA: Um ano - EMBALAGEM: Ventilador entregue embalado individualmente.	2.95.10.049-0	-	-	-
	2.2	800	UM	VENTILADOR DE PAREDE CARACTERÍSTICAS: Grade metálica de proteção com Ø de 50cm, rígida e de fácil remoção; hélice com 3 pás; interruptor liga/desliga com no mínimo 3 velocidades; oscilante e basculante; base para fixação em paredes, divisórias ou pilares circulares; com recurso para encaixe da base com buchas de expansão; preto com pintura epóxi pó nas peças metálicas; baixo nível de ruído; motor de 1/5 hp com 3 velocidades; rotação mínima de 750 rpm e máxima de 1400 rpm; potência máxima: 137 W; 127 V. GARANTIA: Um ano - EMBALAGEM: Ventilador entregue embalado individualmente.	2.95.10.094-6	-	-	-
3	3.1	30	UM	FOGÃO A GÁS COM 04 BOCAS CARACTERÍSTICAS: Alimentação a gás GLV; 4 queimadores; Mesa sobreposta blindada sem relevo e furações; Forno autolimpante; Acendimento automático; Bivolts; Cor branca; Certificado CONPET "A" GARANTIA: Um ano - EMBALAGEM: Fogão entregue em embalagem própria, selada e com manual.	2.95.10.051-2	MUELLER FRATELLO	400,00	S.R.S. Santos & Cia Ltda
* 4	4.1	250	UM	CARRINHO P/PROCESSOS C/ DUAS REPARTIÇÕES CARACTERÍSTICAS: Dimensões: 600 x 400 x 1000mm (comp. x larg. x altura). Estrutura: Em tubo de aço diâmetro de 1" e 5/8" com peças soldadas entre si, com bordas frontais inclinadas, com separação central, fechamentos laterais, central, posterior e de fundo em tela lisa, malha de 50 x 50mm, fio de 1/8". Alça com movimento vertical num curso de 290 mm com sistema de travamento atarrachante através de borboleta e com acabamento do puxador em PVC aplicado sobre o tubo metálico. Rodas metálicas, diâmetro de 150 mm x 30 mm emborrachadas, espessura de 30 mm, com eixo metálico inteiriço diâmetro de 7/16" entre as rodas e rolamento esférico blindado por calotas metálicas desmontáveis. Suporte frontal em "V", com sapata de borracha rígida nivelando o carrinho na posição de trabalho. Acabamento: Em pintura eletrostática (epoxi pó) areia, com pré-tratamento antiferruginoso (decapagem e fosfatização) com propriedades de resistência a agentes químicos. GARANTIA: Um ano - EMBALAGEM: Carrinho montado completo e embalado individualmente.	2.95.10.151-9	CARRINHOS BRASIL	270,00	Carrinhos Brasil indústria, Comércio e Serviços de Carrinhos Ltda.
5	5.1	150	UMA	Calculadora eletrônica – 12 dígitos CARACTERÍSTICAS: Bivolt; frequência: 60 Hz; amperagem: 0,2/0,1 A; teclado ergonômico c/seção numérica de 14 teclas e uma seção de comando; capacidade de 12 dígitos, 12 posições numéricas mais uma posição para sinal algébrico negativo, indicação de memória ocupada e sinalização de erro; impressora de impacto a fio contínuo c/velocidade de 2,2 a 3,6 Us; 04 seletores: decimais (+0,2,3 flutuante), arredondamentos (0,5,9), acúmulos, set/ativa (com e sem impressão); segundo totalizador com acesso direto; tecla de correção do último algarismo digitado; chave liga/desliga fora do teclado; memória com 2 totalizadores de acesso direto, 3 contadores de parcelas, memória auxiliar e constante fixa; Acessórios: Fita de Nylon bicolor e Bobina de papel de 57mm de largura. GARANTIA: Um ano - EMBALAGEM: Calculadora embalada individualmente	2.95.20.002-9	OLIVETTI/ Importado	221,00	Reis Office Products Comercial Ltda

* Interpreta a presente Ata de Registro de Preço apenas o lote 4.

Jose Carlos Barbosa de Oliveira
10/06/2009
10061360
COALI